



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEMMADRS
COORDENADORIA DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – CGMA

PARECER TÉCNICO Nº 297/SEMMADRS/CGMA/LC/2023

ASSUNTO: Análise de processo de licenciamento ambiental, tendo em vista o requerimento de Licença Prévia (L.P.) e Licença de Instalação (L.I.).

PROCESSO: 16553/2023

GESPRO: 903694

DATA DE PROTOCOLO: 27/07/2023

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

INTERESSADO:

-Nome/Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

-CPF/CNPJ: 03.507.548/0001-10

-Inscrição Estadual: Isento.

-Endereço: Av. Castelo Branco, nº 2500, Água Limpa, Várzea Grande-MT, 78125-700.

-Município: Várzea Grande/MT

PROPRIEDADE/OBRA OU EMPREENDIMENTO:

-Denominação: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

-CNPJ: 03.507.548/0001-10

-Inscrição Estadual: Isento.

-Localização: Bairro Nova Esperança. CEP: 78.000-000

-Município: Várzea Grande/MT

-Coordenada Geográfica: 15°36'49,25"S 56°10'0,27"O – DATUM WGS84

RESPONSÁVEL TÉCNICO (A):

-Nome / Razão Social: João Paulo Lana Pasinato

-Formação/ nº de registro: Engenheiro Ambiental CREA/MT: 027116

-E_mail: eng.pasinato@gmail.com

-Telefone: (65) 9 9943 4463

ATIVIDADE PRINCIPAL: Administração Pública.

ATIVIDADE LICENCIADA: Pavimentação Asfáltica e Drenagem

ROTEIRO: Não foi associado roteiro a esta análise.



Análise Técnica

1. Análise Técnica

1.1. Conferência documental:

O Processo nº 16553/2023 protocolizado nesta Secretaria no dia 27 de julho de 2023, foi recebido para análise nesta Coordenadoria de Gestão do Meio, contendo os seguintes documentos:

- Requerimento Padrão, modelo GesPro;
- Requerimento Padrão, modelo SEMMADRS;
- Plano de Controle Ambiental – PCA;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- CD contendo dos seguintes documentos:
 - ART do Projetista, nº 1220230083509 em nome de João Batista Domingues, Engenheiro Civil, CREA MT03610;
 - ART nº 1220230120606 no nome de João Paulo Lana Pasinato, Engenheiro Ambiental, registro MT027116, referente ao Licenciamento Ambiental, Plano de Controle Ambiental e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
 - Volume 01 – RELATÓRIO DO PROJETO;
 - Volume 02 – PROJETO DE EXECUÇÃO;
 - Volume 04 – ORÇAMENTO DE OBRAS.

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientativo¹, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade do requerente e do responsável técnico a sua autenticidade.

2. Histórico

Consta que em 27/07/2023 o requerente apresentou nesta secretaria, por meio do **Protocolo nº 16553/2023**, o requerimento para solicitação das **Licenças Prévia e de Instalação**, para obras de pavimentação nas vias localizadas no Bairro Nova Esperança, no município de Várzea Grande – MT. Nestes termos segue a análise.

¹ Lei nº 4.429/2019 – Institui a Taxa de Licenciamento Ambiental.

3. Análise e Fundamentação

A análise do processo foi realizada considerando a documentação e projetos apresentados pelo requerente, as legislações ambientais aplicáveis à atividade em si e a vistoria feita no local a ser licenciado. Trata-se da pavimentação de apenas duas vias, com as características a seguir:

Tabela 1 - Comprimentos e áreas de pavimentação apresentados.

Bairro	Logradouro	Comprimento da pavimentação (m)	Regularização de subleito (m²)	Imprimação/Pintura de Ligação (m²)
Nova Esperança	Rua Nova Esperança	370,00	3.330,00	2.368,00
	Embocaduras e Raios	2,60	23,36	16,61
	Limpa Rodas	40,00	180,00	128,00
	Total	392,60	3.533,36	2.512,61

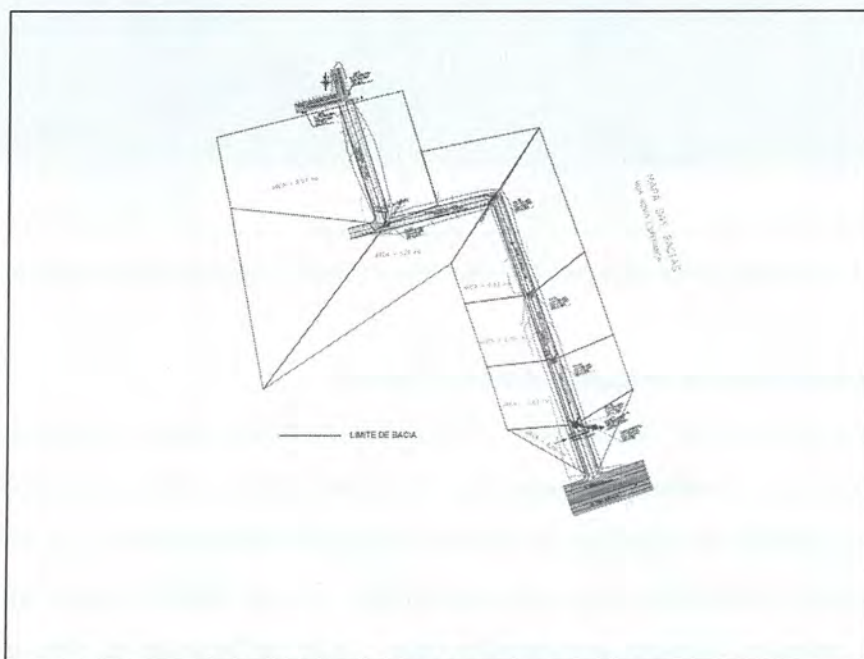


Figura 1 – Traçado do projeto geométrico

3.1 Vistoria

Tendo em vista que as vias objeto deste parecer, estão localizadas no entorno das coordenadas acima indicados, pode-se constatar o que segue:

- A área se localiza em zona urbana, a via não está aberta, contudo, o local está desprovido de vegetação nativa;

- O entorno se caracteriza em sua maioria por edificações residenciais;

3.2 Localização Georreferenciada

Com base na plataforma <https://app.smartgis.net.br/varzeagrande/prefeitura/> e análise do zoneamento e uso/ocupação do solo urbano do município de Várzea Grande, constatou-se que a área está localizada em Perímetro Urbano, localizando-se em Zona de Uso Múltiplo 3 – ZUM 3².



Figura 2 - Localização da via no <https://app.smartgis.net.br/varzeagrande/prefeitura/finance/navegador>.

3.3 Concepção do Projeto e Análise Técnica

O Plano de Controle Ambiental – PCA elaborado pelo Eng. Ambiental João Paulo Lana menciona objetivos que tendem a proporcionar uma facilitação e um desenvolvimento local, além da melhora da qualidade de vida dos moradores da região. Apresentam-se os impactos causados e, também, as medidas mitigadoras que serão adotadas a fim de diminuir estes impactos. Ressalta-se que as medidas propostas devem ser seguidas para o bom andamento da obra e a continuidade do bem-estar social da população do entorno.

De acordo com o PCA apresentado, se houver a necessidade da implantação de canteiro de obras, será solicitado as devidas licenças ambientais junto ao órgão competente. Segundo informações contidas no plano apresentado, o CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à quente), será fornecido por empresa específica e entregue por caminhões, não sendo necessário instalação de usina

² De acordo com a Lei nº 4695/2021 que institui o Plano Diretor do Município de Várzea Grande, a Lei Complementar nº 4696/2021 que dispõe sobre o perímetro urbano e a Lei Complementar nº 4700/2021 que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Várzea Grande e dá outras providências.



misturadora no local. **Fica o responsável técnico ciente que, deverão ser tomados todos os cuidados referentes a aplicação de material betuminoso para evitar a contaminação do solo e de corpos hídricos.** Conforme documentação apresentada não haverá intervenção em áreas de preservação permanente (APP).

O item 15 do PCA informa que no local da obra há possibilidade de retirada de material de empréstimo de boa qualidade, em que serão executados os serviços de corte e reaterro.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, consta informações de maneira conceitual e abstrata, não propondo medidas de intervenção efetivas para a obra, no entanto, é extremamente necessário destinação correta dos resíduos gerados. Não foi informado no processo o que será feito com o material de sobra, nem qual empresa ficará responsável.

Salientamos a importância da destinação correta de todos os resíduos produzidos durante a execução da pavimentação e drenagem, sendo assim, fica o responsável técnico, **ciente** da necessidade de posteriormente apresentar um relatório de conclusão da obra, com os **comprovantes de transportes de resíduos** em anexo.

Sobre a responsabilidade assumida pelos projetos apresentados, a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, nº 1220230120606 contempla o Licenciamento Ambiental, o PCA e o PGRCC; a ART nº 1220210193009 contempla os projetos de pavimentação, Sondagem geotécnica, Sistemas de Drenagem para Obras Civas e Levantamento. Não consta apensado ao processo a ART do responsável técnico pela execução das obras de pavimentação e drenagem. Conforme consta no PCA a referida obra ainda não foi licitada, portanto não há executor.

3.3.1 Terraplenagem e Pavimentação

Consta no projeto de terraplanagem que o serviço será composto de “corte e aterro” em um total de 3.938,80 m³.

Os volumes de material terroso utilizados para executar as camadas do pavimento também foram indicados no projeto e citados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Volumes de material terroso.

Camada	Volume
Sub-base	664,67 m ³
Base	664,67 m ³



Consta apensada ao processo a Licença de Operação para Pesquisa Mineral – LOPM nº 323071/2020 com validade até 28/10/2025.

O material betuminoso a ser utilizado, de acordo com projeto apresentado, está citado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Volume do CBUQ

Material	Quantidade
Pintura de ligação	2.512,610 m ²
CBUQ	2 41,211 m ³

Em relação as vias objeto desta análise técnica, somam-se a 400,50 metros linear. Conforme disposto no anexo único da Resolução CONSEMA nº 41/2021 é passível de licenciamento ambiental a pavimentação urbana e drenagem de águas pluviais urbanas, acima de 500 m. linear. Desta forma, a pavimentação das vias supracitadas não é passível de licenciamento ambiental.

Condicionantes

- Realizar a disposição final dos resíduos sólidos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pelas: Resolução CONAMA nº 348/2004, Resolução CONAMA nº 431/2011 e Resolução CONAMA nº 488/2012; Lei Municipal nº 3.829/2012 e demais legislações específicas, ou outras que as sucedê-las.
- Não dispor, em hipótese nenhuma, o lodo e a espuma removidos da fossa séptica e sumidouro no solo, corpos d'água e/ou galeria de águas pluviais.
- Manter todas as medidas de segurança atualizadas e em condições de uso.
- Apresentar relatório fotográfico de conclusão de obra com os Comprovantes de Transportes de Resíduos emitidos por empresas licenciadas, para conclusão de obra;
- Apresentar ART de Monitoramento Ambiental da etapa de execução, devidamente quitada e vigente para todo o período de obras, para a conclusão de obra;
- Respeitar os limites de emissão de ruídos estabelecidos pela Lei Municipal nº 2.846/2006.
- Não proporcionar queima de resíduos do processo industrial e/ou doméstico a céu aberto, bem como não depositar resíduos, a serem gerados na atividade, em locais que possam causar riscos de danos aos recursos hídricos e/ou pessoas.



- h) A Licença Ambiental não dispensa e nem substitui o alvará ou certidão de qualquer natureza exigida pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não autoriza a extração e ou comercialização de produtos de origem florestal.
- i) Este parecer não exime os responsáveis pelo estabelecimento em qualquer época de serem submetidos a novas vistorias e eventuais exigências legais que venham a ser feitas pelo órgão ambiental competente.

4. Conclusão

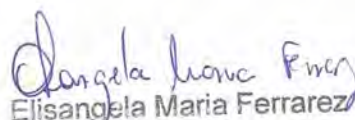
Diante do exposto, considerando serem verídicas as informações apresentadas pelo representante legal, considerando a análise das informações e o disposto na Resolução CONSEMA nº 41/2021, **as vias objeto desta análise não são passíveis de licenciamento ambiental, uma vez que está abaixo de 500 m. linear (392,60 m).** Todavia, o requerente deve respeitar as normas ambientais, as condicionantes deste parecer técnico e o que determinam as legislações ambientais.

Insta salientar que a análise técnica se baseou nas informações apresentadas no projeto pelo Responsável Técnico, que se declarou apto para o licenciamento ambiental da atividade e elaboração dos planos e projetos apensados por meio da ART. As mesmas são de sua inteira responsabilidade, não sendo função deste órgão atestar a qualificação do responsável.

Fica o requerente **NOTIFICADO** que a não observação das condicionantes acima relacionadas e outras normas ambientais pode acarretar em punições previstas na Lei nº 38 de 21 de novembro de 1995, com alterações da Lei Complementar nº 232 de 21 de dezembro de 2005. De acordo com o Art. 19 da Resolução CONAMA 237/97 o órgão ambiental competente poderá modificar as condicionantes, suspender ou cancelar uma licença expedida, mediante motivação.

Este é o parecer.

Várzea Grande, 14 de agosto de 2023.


Elisângela Maria Ferrarez
Engenheira Sanitarista
SEMMADRS/PMVG

